



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

JOSÉ BENEDITO SANCHES DE MATOS

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SENADOR
JOSÉ PORFÍRIO, PARÁ: APLICAÇÃO NA PRÁTICA COM EDUCANDOS DAS
COMUNIDADES DE PORTO DE MOZ**

Porto de Moz, PA
Julho, 2019

JOSÉ BENEDITO SANCHES DE MATOS

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SENADOR
JOSÉ PORFÍRIO, PARÁ: APLICAÇÃO NA PRÁTICA COM EDUCANDOS DAS
COMUNIDADES DE PORTO DE MOZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza, Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Giovana S. Rocha

Porto de Moz-PA
Julho de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M425p Matos, José Benedito Sanches de
A pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural de Senador José
Porfírio, Pará : aplicação na prática com educandos das comunidades de
Porto de Moz / José Benedito Sanches de Matos. — 2019.
37 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Carla Giovana Souza Rocha Trabalho de
Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade
Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Agroextrativismo. 2. Jovens camponeses. 3. Ensino. I.
Título.

CDD 370.91734098115

JOSÉ BENEDITO SANCHES DE MATOS

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PARÁ: APLICAÇÃO NA PRÁTICA COM EDUCANDOS DAS COMUNIDADES DE PORTO DE MOZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza, Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira, da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da prof. Dr^a Carla Giovana Souza Rocha.

Aprovação em 13 de junho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a Carla Giovana Souza Rocha
Universidade Federal do Pará

Prof. Ms. Marcos Marques Formigosa
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Marcio Rogério da Silva
Universidade Federal do Pará

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu pai e minha mãe, meus irmão e amigos pelo apoio e compreensão, que com paciência ajudaram-me a superar as dificuldades, colaborando sempre, com palavras de incentivos para continuar nos momentos difíceis da vida, principalmente no período das pesquisas que muitas vezes o desânimo contagiava minha vida quase chegando ao ponto de pedir para desistir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter dado saúde, coragem e força de vontade nos momentos difíceis para a concretização de todo o trabalho.

As questões, a forma e o conteúdo deste trabalho são resultantes de contribuições de diversas pessoas com as quais tive o prazer de trocar experiências de estudo e pesquisa. A elas agora agradeço.

Minha orientadora, Carla Rocha, por sua experiência no mundo acadêmico e sua competência profissional que foram imprescindíveis para a construção deste trabalho. Sobre tudo por ter uma ótica perfeita do objeto de estudo e abordagem do mesmo. A orientação de leituras e a exigência acadêmica me permitiu realizar este trabalho que no início desejava muito fazer, porém, achava quase impossível concretizá-lo diante das minhas limitações, principalmente fazer a pesquisa de campo.

Agradeço a todos os amigos que me ajudaram diretamente e indiretamente na construção deste trabalho. Que Deus possa recompensar como eles merecem.

RESUMO

A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio em relação ao Projeto Profissional dos Jovens (PPJ) de egressos de comunidades ribeirinhas de Porto de Moz. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo para buscar compreender como está sendo aplicada a teoria e prática da pedagogia da alternância na CFR de Senador José Porfírio. Foram entrevistados seis pessoas, dois professores e quatro educandos de diferentes áreas do município de Porto de Moz, sendo um educando da área de várzea, dois da área de terra firme e um da área de transição. A entrada dos educandos do município de Porto de Moz na Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio aconteceu através de uma parceria entre as duas CFR's. Essa parceria se deu não apenas para receber os educandos, mas também para as articulações com os governos municipais. A CFR de Senador José Porfírio não estava preparada para receber tamanha diversidade cultural, pois a mesma não elaborou uma proposta curricular para garantir o tratamento das especificidades socioambientais e produtivas das comunidades de Porto de Moz. Os educandos tiveram dificuldade para elaborar e implementar o Projeto Profissional do Jovem. Nenhum entrevistado conseguiu finalizar na prática seu projeto. A CFR com o método da Pedagogia da Alternância precisa de fato colocar os instrumentos ou ferramentas em prática, pelos quais podem ser feitas as discussões sobre a integração das diversidades de identidades, e sem essas ferramentas a CFR não oferece uma educação diferenciada.

Palavras-chave: Agroextrativismo; Jovens camponeses; Ensino.

ABSTRACT

The Alternation Pedagogy consists of a methodology of organization of school education that combines different training experiences distributed over different times and spaces, aiming at professional training. This work aims to analyze the implementation of the Pedagogy of Alternation of the Rural Family House of Senador José Porfírio in relation to the Professional Project of Young People (PPJ) of graduates of riverside communities of Porto de Moz. The methodology used in this work was qualitative in order to understand how the theory and practice of the pedagogy of alternation in the CFR of Senador José Porfírio is being applied. Six people, two teachers and four students from different areas of the municipality of Porto de Moz were interviewed, being a student of the várzea area, two of the land area and one of the transition area. The entrance of the students of the municipality of Porto de Moz in the Rural Family House of Senador José Porfírio happened through a partnership between the two CFR's. This partnership took place not only to receive students, but also to articulate with municipal governments. The CFR of Senador José Porfírio was not prepared to receive such diverse cultures because it did not elaborate a curricular proposal to guarantee the treatment of the socio-environmental and productive specificities of the communities of Porto de Moz. The students had difficulty in designing and implementing the Young Professionals Project. No interviewee was able to finalize his project in practice. The CFR with the Alternation Pedagogy method needs to actually put the instruments or tools into practice, by which discussions can be made on integrating diversity of identities, and without these tools the CFR does not offer differentiated education.

Key words: Agroextractivism; Young peasants; Teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 CAMPESINATO EM PORTO DE MOZ: REALIDADES CAMPONESAS, CARACTERÍSTICAS DO MEIO E SUAS DIFERENÇAS	13
2. METODOLOGIA	17
3. IMPLANTAÇÃO DAS CFR'S NA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA E XINGU	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 AS DIFERENTES REALIDADES CAMPONESAS DOS EDUCANDOS DA CFR DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO.....	21
4.2 PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM: IMPLANTAÇÃO E DIFICULDADES ...	26
4.3 PROPOSTAS DE MELHORIAS NO PLANEJAMENTO DA CFR PARA ATENDER AS DIFERENCIAÇÕES DOS MODOS DE VIDA DOS JOVENS RIBEIRINHOS	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES.....	36

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender como a Pedagogia da Alternância foi aplicado na Casa Familiar Rural (CFR) de Senador José Porfírio (conhecido popularmente por Souzel) no processo educativo e para a consolidação da educação do campo. Também busca refletir sobre o ensino diferenciado, cujos beneficiados são as famílias das comunidades camponesas que tem o grande interesse de ver este ensino técnico-profissionalizante em uma formação que seja condizente com sua realidade. E, também, fará um breve histórico dos desafios enfrentados no ensino e na administração da CFR.

A pedagogia da alternância não só possibilita individualmente o educando conhecer alguns mecanismos que o ajudará economicamente em seu sistema de produção na sua propriedade, mas, também incentiva o envolvimento desses nas organizações comunitárias. Segundo Borges *et al.* (2012, p. 39) a "alternância é uma pedagogia em construção permanente. Ela se desenvolve nas práticas educativas dos CEFFAs e é um terreno em disputa na sociedade".

Porém, não se limita apenas nas organizações e na construção do sistema produtivo, ela também trás para a comunidade através dos educandos, grandes benefícios para as famílias, tanto no sentido profissional quanto no sociocultural. A dinâmica da pedagogia da alternância busca assegurar a relação entre a teoria e a prática para dar vida às experiências dos trabalhadores rurais.

De acordo com Gnoatto *et al.* (2006), “o ensino agrícola tradicional sofreu inúmeras modificações desde o seu surgimento no Brasil até os dias atuais”, nas CFR’s não foi diferente, pois, com o passar do tempo elas sofreram mudanças na aplicação do método da Pedagogia da Alternância, nem sempre condizente com a filosofia pedagógica do mesmo. Esses mesmos autores afirmam que “ainda predomina, na sua estrutura curricular, uma concepção de ensino bastante elitizada, voltada principalmente para o mercado e para uma exploração agrícola comercial baseada na monocultura de exportação”. O que se observa atualmente nas visões dos educandos das CFR’s é que possuem a perspectiva de terem um bom emprego em qualquer empresa, e não pensam em fazer da sua propriedade seu próprio meio de vida. Mas, ao contrário do pensamento de muitos educandos, o projeto de CFR foi pensado justamente para melhorar a produção das famílias nas propriedades e daí estender para outras famílias na comunidade, assim como, ampliar as possibilidades de permanência dos jovens no campo via educação diferenciada.

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência como docente na Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio, e se enraizou a partir do conhecimento da filosofia do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Pará, ao utilizar a pedagogia da alternância entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade, na qual toda pesquisa na comunidade é sistematizada em um relatório e posteriormente socializada na universidade, não sendo tão diferente da CFR com o Plano de Estudo (PE).

Segundo Jesus (2011, p. 12):

O PE é um instrumento pedagógico que visa estudar e pesquisar temas ligados à realidade da vida (aspectos econômicos, sociais, políticos, religiosos, culturais e ambientais). Estes temas devem ser levantados, debatidos e escolhidos pelos educandos, pais e monitores/professores.

Na CFR, o educando leva esse tipo de trabalho de pesquisa para aplicar no lote e depois trás para socializar com os professores, colegas de classe e comunidade em geral, aquilo que aprendeu naquela determinada pesquisa. Sabe-se que o real objetivo desses trabalhos não é apenas socializar, mas fazer uma integração mais aprofundada com as disciplinas curriculares da CFR. O PE é um dos mecanismos principais que caracteriza a pedagogia da alternância nas Casas Familiares Rurais. As alternâncias na sua essência deveriam ser planejadas de acordo com o PE dos educandos, por isso é importante à pesquisa na propriedade e comunidade de pertencimento do educando.

Outro mecanismo é o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) que tem o objetivo a melhoria técnica na propriedade do educando. De acordo com Santos e Pinheiro (2005) citado por Jesus (2011, p. 17):

Numa visão empreendedora, o Projeto Profissional do Jovem, também chamado de “Projeto de Inserção Profissional”, “Projeto de Vida” “Projeto Pessoal” é o resultado de uma análise minuciosa da situação histórico familiar da infraestrutura para a produção agropecuária, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, das políticas públicas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos artísticos culturais, entre outros, que caracterizam a realidade do educando, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela realidade de cada propriedade, levando em conta todos os aspectos desde econômico, social, técnico, proposta metodológica do CEFFA, a aptidão do jovem, a motivação e planejamento, constituem sua proposta de inserção profissional.

O projeto é pensando para garantir a sustentabilidade da família na propriedade, mas não se limita apenas nisso, ele visa construir alternativas considerando as condições socioambientais e socioculturais das comunidades. Devido essas questões, o projeto precisa ser muito bem discutido com a equipe de monitores das CFR's para que seja elaborado

conforme as premissas da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente possível e economicamente viável.

No segundo Tempo Comunidade do curso de Educação do Campo, ao conversar com as famílias da minha comunidade no Rio Jaurucu em Porto de Moz, três dessas famílias falaram de que havia necessidade de oferta de uma educação diferente nas escolas do campo. Naquele momento aproveitei para saber qual seria essa educação diferente, e eles falaram que todo o ensino no interior teria que ser igual ao da CFR. Assim, perguntei quais eram seus entendimentos pelo ensino de uma CFR, e responderam que é um período na escola e outra na família e que tudo que o educando aprende na escola ele trás para a comunidade. Isso sustentou mais a ideia que realmente poderia trabalhar o tema.

O município de Porto de Moz ainda não foi contemplado com uma Casa Familiar Rural, no entanto, tem uma Associação da Casa Familiar Rural legalizada e apta para receber e executar o ensino. A associação conseguiu aprovar em 2014 um projeto de construção da CFR pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável no Xingu (PDRSX), porém, a obra até agora não começou devido à falta de responsabilidade da empresa que ganhou a licitação para a construção do projeto arquitetônico, essa empresa não conseguiu elaborar o projeto, por esta razão o PDRSX não liberou o dinheiro para a construção. A gestora do PDRSX entrou com uma ação na justiça para que a referida empresa devolvesse o dinheiro que havia repassado para a mesma, porém, até agora não temos resposta da tal empresa.

Para que a construção da CFR viesse acontecer o quanto antes, no ano de 2018 a associação da Casa Familiar Rural de Porto de Moz teve que fazer um projeto para a União Europeia para contratar outra empresa para fazer o projeto arquitetônico. A União Europeia aprovou nosso projeto, e estamos apenas esperando a empresa contratada fazer o término do projeto arquitetônico para que possamos iniciar a obra.

As famílias de Porto de Moz procuraram a CFR para matricular seus filhos uma vez que o projeto ao PDRSX estava aprovado, com isso a demanda só aumentava, e então surgiu a ideia de fazer um convênio com a CFR de Senador José Porfírio até que a CFR de Porto de Moz fosse construída. Foram então matriculados 28 educandos de diferentes comunidades do município de Porto de Moz.

Na pesquisa participativa com as famílias de Porto de Moz que teriam filhos e filhas na CFR descobriu-se que seus modos de vida eram diferentes dos de Senador José Porfírio, apresentando realidades socioambientais específicas. Dentre eles tinham pescadores, agricultores, extrativistas de madeira, criador de búfalo e bovino. Sabe-se que a maioria dos

camponeses de Souzel é de áreas de assentamento, em que a base econômica está ligada às atividades agropecuárias e de terra firme, mas que, no entanto, também tem a realidade dos pescadores.

A pedagogia da alternância não só ajuda o educando a conhecer, mas também a valorizar o seu modo de vida, a cultura no local aonde habita, ajuda a despertar sua consciência crítica, ampliando cada vez mais seu conhecimento. A escola é um espaço de reflexão teórico e aprofundamento não só dos educandos, mas também das famílias que se mostram muito interessadas em manter seus filhos nesse espaço escolar. O tempo em que o educando está na comunidade é o momento de confrontar teoria e prática, é onde ele pesquisa, faz experimentos de novas práticas, indaga, trabalha a troca de experiência com as famílias. Isso é o que a pedagogia da alternância afirma do ponto de vista teórico, e nesse sentido, a CFR deve conhecer os modos de vida das famílias, valorizá-los em seu currículo e em seus instrumentos pedagógicos.

Assim, esta pesquisa parte das seguintes questões: como esses jovens conseguiram aplicar na prática o que tiveram de formação na CFR a partir da implantação do Projeto Profissional do Jovem? Como a CFR de Senador José Porfírio deu suporte para concretização dos PPJs, considerando as realidades dos educandos de Porto de Moz?

Essa pesquisa contribuirá para entender como a teoria está sendo entendida e aplicada na prática, a partir dos princípios da pedagogia da alternância da CFR de Souzel, especificamente pelos educandos de Porto de Moz. Assim como todas as escolas do campo, a de Souzel precisa de um estudo sobre as dificuldades para conduzir o processo pedagógico na formação dos jovens do campo, e essa pesquisa pretende apresentar elementos para a discussão.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a implementação da pedagogia da alternância da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio em relação ao Projeto Profissional dos Jovens (PPJ) de egressos de comunidades ribeirinhas de Porto de Moz.

O mesmo tem os seguintes objetivos específicos: analisar como os projetos profissionais dos jovens estão sendo implementados pelos egressos da CFR nas comunidades de Porto de Moz; identificar quais as dificuldades para a implementação desses PPJs pelos respectivos educandos; propor melhorias no planejamento da CFR para atender as diferenciações dos modos de vida dos jovens ribeirinhos agroextrativistas.

1.1 CAMPESINATO EM PORTO DE MOZ: REALIDADES CAMPONESAS, CARACTERÍSTICAS DO MEIO E SUAS DIFERENÇAS

O município de Porto de Moz fica localizado na margem direita do Rio Xingu, a cerca de 600 quilômetros da capital do Pará. Segundo Moreira (2004), sua fundação como município aconteceu em 1890. Moreira ainda afirma que Porto de Moz passa por várias mudanças territoriais e que desde 1801 havia uma grande briga pela incorporação de seu território, que por momentos era anexado ou desmembrado para outros povoados próximos, sobretudo, de Souzel e Gurupá.

De acordo com Moreira (2004), os primeiros habitantes do “lugarejo Porto de Moz, Vilarinho do Monte, Tapará” foram o povo indígena Arara que morava especialmente nas várzeas do Rio Xingu. Segundo Beana (1839) citado por Moreira (2004, p.63), aproximadamente em 1625, os holandeses “plantaram uma fortificação de fachina sobre uma assomada entre os rios Piri e Acarahi”, logo em seguida os portugueses conquistaram esses territórios, aproximadamente em 1850. Segundo Moreira (2004) essas conquistas são justificadas pelo objetivo de se estar “*salvando as almas dos gentios*”, e assim, os portugueses “se fizeram presentes através das missões cristãs por boa parte do interior amazônico”.

Os povos não indígenas habitaram de fato esses territórios em meados dos anos de 1800, no Baixo Xingu e no Rio Majari. Com o passar dos tempos esses povos, aproximadamente em 1.890, com a exploração do látex, ocuparam outras áreas como o rio Aiqui, Uiui, Peituru, Baixo Acarai e Acaí. Os outros rios Quati e Jaurucu foram povoados nas primeiras décadas de 1900 (MOREIRA, 2004).

Segundo Buarque (1940) citado por Moreira (2004, p.65), o Rio Jaurucu era destacado pela abundância de caça e pesca e também pelas grandes quantidades de terras fartas de tudo.

Daí começou a grande exploração dos recursos naturais na região do Baixo Xingu. De acordo com Moreira (2004, p. 65):

Ao longo dos anos, a riqueza de muitos exploradores que ali se estabeleceram e souberam edificar suas fortunas, criar suas famílias e ganhar seus títulos de nobreza através dos quais executavam mandos e desmandos sobre os que se tornaram subalternos, inicialmente indígenas, depois os negros e caboclos.

As explorações dos recursos naturais e o látex continuaram por muitos anos nessas regiões. Para Moreira (2004), “o látex na época de exploração, obedecia a uma organização própria fortemente documentada na literatura, que tem deixado rastros nas organizações sociais das populações tradicionais da região”.

Segundo Moreira (2004), nos meados de 1920, o município de Porto de Moz passou por um longo período de estagnação econômica por causa do declínio da borracha. A partir de então a vida econômica do município passou a ser sustentada apenas pelo extrativismo da pesca e da caça com o comércio de peles de animais selvagens, por uma agricultura de produtos alimentícios, pela pecuária, com a confecção de artesanatos, a construção de barcos e o comércio local.

Em 2010, com uma população de 33.956 habitantes, Porto de Moz é uma das principais cidades da região do Xingu. A população rural do município chega a ser maior do que a do espaço urbano, com 19.373 habitantes, sendo que a população urbana é 14.583 habitantes (IBGE, 2010). Pode-se afirmar que a maior parte da economia do município vem do campo.

O campesinato em Porto de Moz é de suma importância para a questão socioeconômica e cultural do município. O mesmo foi agraciado com a maior reserva extrativista do Brasil, a Reserva Extrativista Verde para Sempre. Além dessa RESEX, o município tem o Projeto de Assentamento Extrativista (PAEX) Majari e a área Comunitária de Remanescentes de Quilombolas que está em processo de legalização.

O espaço geográfico do município de Porto de Moz está dividido em ambientes diferentes, dentre os principais estão o de várzea, área de transição e terra firme. Não esquecendo da importância dos rios, igarapés e lagos na garantia do pescado para as famílias.

A área de várzea fica em uma região em que parte do ano fica coberta pelas águas, e a esse período chamamos de inverno, no qual a água inunda a superfície no período de fevereiro a julho. De agosto até dezembro a água baixa e a superfície volta a aparecer, a esse período chamamos de verão.

A maioria da área de várzea do município fica localizada na Reserva Extrativista Verde Para Sempre, criada pelo Decreto presidencial nº 6.874 de 5 de junho de 2009. Essa área de várzea é praticamente toda ocupada por comunitários ribeirinhos, pescadores e criadores de gado. Na sua grande maioria são criadores de búfalo, mas também fazem outras atividades. No período do verão que é o tempo da água baixa, a população tira seus sustentos e renda financeira dos derivados do leite, mas não é apenas essa atividade que fazem, pois também criam suínos e aves como galinha e pato.

No período do inverno esse povo sofre bastante com a cheia, muito deles perdem grande parte de sua criação de búfalos, que é sua principal fonte de renda. Esses búfalos nesse período precisam de cuidados dobrados e os donos ficam monitorando o dia todo, pois, a pastagem fica submersa e os animais não tomam pé na terra, e por um período precisam ficar

na maromba (um curral suspenso com esteios sobre a superfície da água). A produção do derivado do leite nesse período é zero, e a subsistência no período de cheia é com a venda dos animais e a maioria com atividades extras e a pesca.

A área de transição é um pouco diferente. As famílias tem acesso aos ambientes de várzea e terra firme ao mesmo tempo ao longo do ano, podendo organizar seus sistemas agroextrativistas a partir da condução de manejo e uso dos dois espaços. Assim, tanto a várzea como a terra firme têm importância para o povo que habita na área de transição.

O modo de vida do povo da área de transição não é tão diferente do povo da área de várzea. O modo de sustentação econômica desse povo é diversificado; nelas se encontra: pescadores, criadores, pecuaristas, agricultores, madeireiros, extrativistas. Algumas famílias exercem todas essas atividades, outras exercem apenas uma ou duas no máximo.

Nessas áreas, os pescadores e os criadores não enfrentam dificuldades devido a cheia ou a seca. Os pescadores no período do verão pescam nas beiras dos rios e nos lagos, no período do inverno quando a água está cheia, eles pescam por toda parte. Os criadores de búfalos no período do inverno (cheia) transportam seus animais para áreas de terra firme aonde têm seus pastos justamente para essa época do ano, com isso eles não perdem suas produções. Geralmente os criadores de búfalos nas áreas de transição têm duas atividades para sua subsistência; uma é a do derivado do leite e a outra varia de acordo com a localidade onde ele mora, podendo ser os cultivos, a pesca, os produtos beneficiados.

Em termos de cultivos na terra firme, geralmente, as principais produções são derivadas da mandioca: farinha seca, farinha de tapioca, tucupi, beiju. Tem também a melancia, o feijão, a banana, o arroz e o milho. Grande parte dos agricultores da área de transição tem criação de búfalos, bovinos, suínos e aves (galinha, pato). Os agricultores fazem questão de criar esses animais como forma de poupança, e essa estratégia significa uma garantia em caso de grandes necessidades, principalmente em caso de doenças. Quando alguém da família adoece e o dinheiro da agricultura não consegue suprir a necessidade, eles lançam mão dos animais, principalmente bovinos e bubalinos.

Parte dos agricultores que mora em área de transição trabalha com madeira serrada de motosserra para ajudar nas despesas da casa. Nesse caso, geralmente a família se divide para fazer as duas atividades ao mesmo tempo. Dois ou três homens vão serrar e as mulheres e os outros homens que compõe a família quando esta seja grande, vão para roça fazer farinha ou colher arroz, feijão, etc.

A área de terra firme é composta por propriedades que não têm área que alagam pela águas dos rios. O acesso é pelos rios na maioria das localidades do município, especialmente

na Reserva Extrativista Verde Para Sempre. A outra parte o acesso é terrestre, pelas estradas que saem da sede do município.

As propriedades que não ficam em áreas de reserva e assentamentos são ocupadas por grandes pecuaristas. Essas áreas não deixam de serem importantes para a economia do município, pois tem os caseiros que cuidam das fazendas, alguns são denominados de vaqueiros. Essas áreas ficam geralmente na Estrada Majari (estrada municipal que liga Porto de Moz ao Rio Majari). Essas estradas também dão acesso a rodovia PA-163, aonde também os médios e grandes pecuaristas e agricultores familiares tem suas propriedades.

Os agricultores familiares da PA-163 escoam seus produtos diretamente para a sede do município, esse escoamento geralmente ocorre nas sextas-feiras para que no sábado sejam comercializados no feirão do município. Os produtos vendidos por eles são: macaxeira, banana, abacaxi, pimenta do reino, feijão, arroz, hortaliças, aves e outros variados produtos agrícolas.

Os agricultores quilombolas escoam seus produtos pelo rio Xingu, por embarcações denominadas de catraia (um barquinho pequeno que é motorizado com um pequeno motor de popa chamado de rabudo). As principais produções provenientes das comunidades quilombolas são derivados da mandioca como a farinha seca, farinha tapioca, tucupi, beiju, tapioca em goma. Outros produtos são vendidos também, tais como: banana, abacaxi, cará, macaxeira, maracujá, melancia, etc.

Parte da população camponesa deste município tem como sustentação financeira a produção agrícola de culturas temporárias, tais como a mandioca, arroz, milho, feijão, e também, verduras e frutas, tais como melancia, abacaxi, maracujá, dentre outros. Muitos desses agricultores cultivam em áreas de terra firme culturas permanentes como a banana, café, cacau, coco, abacate, cupu, etc.

De acordo com Moreira (2004), o povo tradicional usufrui bastante da fauna e flora deste magnífico território, em especial a pesca artesanal que tem uma grande relevância na região, ela é praticada nos rios, igarapés e nos lagos de várzeas, onde esses povos têm desenvolvido variadas formas de capturas de animais: o arpão, a flecha, o anzol e, mais recentemente, a malhadeira. Apesar de a malhadeira ser extremamente predatória, estas são utilizadas mesmo sabendo que estão colocando em risco o abastecimento futuro.

Não tem como deixar de fora nesse contexto econômico, a pecuária. Existem médios e grandes pecuaristas no município. Mesmos com suas contribuições econômicas para o desenvolvimento do município, estes também geram conflitos agrários que deixam famílias,

pessoas e/ou comunidades sem horizontes e muitos desses sem seus lares ou até mesmo sem a vida.

De acordo com Moreira (2004), a falta de infraestrutura de apoio ao setor agrícola, como a indisponibilidade de armazenamento e escoamento da produção e por falta de linhas de créditos adequadas às condições locais, tem levado o encarecimento dos custos de comercialização e o fortalecimento da dependência dos atravessadores.

Arroyo (1999, p. 21), afirma que a terra não é simplesmente uma matéria prima que homem tira seu sustento, ela é muito mais do que isso: "a terra é mais que do que terra. A produção é mais do que produção. Por quê? Porque ele produz a gente. A cultura da roça, do milho é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural".

Além das dificuldades agrícolas que o povo enfrenta diariamente, existe um fator muito discutido que é a educação no campo. Na maioria das comunidades existiam escolas que garantiam o ensino fundamental menor, mas com uma determinação da SEMED, várias dessas escolas foram fechadas no ano de 2018 e em sua totalidade sem nenhum diagnóstico apresentado e sem consulta às comunidades aonde as escolas funcionavam. Pois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 12.690 de 2014, diz que:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas serão precedidos de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escola.

Isso infelizmente não aconteceu nas comunidades aonde as escolas foram fechadas.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo para buscar compreender como está sendo aplicada a teoria e prática da pedagogia da alternância na CFR de Senador José Porfírio. Segundo Minayo (2006) o método qualitativo “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito do que vivem [...]” (MINAYO, 2006, p. 57).

As entrevistas com os sujeitos da CFR foram do tipo semiestruturadas, sendo realizadas com 2 monitores, um da disciplina da base comum e um das disciplinas da base técnica, e como 4 educandos de Porto de Moz de realidades diferentes, sendo 1 da várzea, 2 da terra firme e 1 da área de transição.

Minayo (2006) diz que na entrevista semiestruturada o pesquisador deve seguir um roteiro norteador apropriado que sirva de apoio para as abordagens. Entende-se por roteiro uma lista de questões que visa descobrir problemas e/ou avanços em determinado ambiente (MINAYO, 2006).

Foram aplicados dois tipos de questionários com perguntas abertas, um para os professores (APÊNDICE A) e outro para os educandos (APÊNDICE B). Para Minayo, a pergunta aberta é aquela que faz uma “descrição sucinta, breve e ao mesmo tempo abrangente pelo interlocutor [...]” (MINAYO, 2006, p. 190).

Foi realizada também pesquisa documental para conhecer os trabalhos elaborados pelos educandos da CFR, ou seja, os projetos profissionais dos jovens. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani, a pesquisa documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 03).

3. IMPLANTAÇÃO DAS CFR'S NA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA E XINGU

A discussão sobre Educação no Campo na Transamazônica e Xingu surgiu em meados de 1999 no I Seminário de Educação Rural da Transamazônica e Baixo Xingu (MENESES 2010, p. 16). Meneses (2010) afirma que foi um dos primeiros debates sobre a educação no meio rural, no qual foram apresentadas e discutidas as propostas para melhoria da educação e diminuir a saída dos jovens do campo, a partir da Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural (CFR) e Escola Familiar Agrícola (EFA). No Seminário estavam presentes lideranças sindicais e demais membros de entidades representativas dos agricultores familiares, lideranças comunitárias, educandos e professores da educação básica e da UFPA. Destacou-se ainda no evento a necessidade urgente de implantação de CFR's e outras modalidades de educação na região (MENESES, 2010).

De acordo ainda com Meneses, em 1995 houve a primeira experiência de pedagogia da alternância na região no modelo de CFR, no município de Medicilândia. A autora afirma que neste município efetivou-se o projeto piloto da pedagogia da alternância e se espalhou para outros municípios como: Pacajá (em 1998), Uruará (em 2000), Brasil Novo (em 2005). E a partir de 2007 foram efetivadas a CFR de Altamira, Rurópolis, Anapu e Vitória do Xingu (MENESES, 2010).

Depois de todas as CFR's fundadas como Associações de Pais e Mestres na região, foi pensado também implantá-las nos municípios de Senador José Porfírio e Porto de Moz, contemplados com Associação Comunitária da Casa Familiar Rural.

A Associação Comunitária da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio foi fundada em 2001, mas seu registro só foi possível no ano de 2004. A partir daí a associação ficou esperando a consolidação da construção do prédio. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Souzel, a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) foi proponente de um projeto coletivo de todas as CFR's da região junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para a construção e reforma dos prédios, e nesse projeto estava incluído a CFR de Souzel e Porto de Moz, porém, o recurso do BNDES não foi suficiente para construir o prédio. O motivo disso foi a defasagem dos preços dos materiais que aumentaram gradativamente até chegar o ponto que o recurso planejado no projeto não assegurou o término da CFR.

A FVPP é uma entidade que congrega 150 organizações sociais do campo e da cidade. Ela ajuda a fortalecer as organizações de base (sindicatos, cooperativas, associações e grupos de produção) para discutir com os agentes governamentais a respeito da urgência de investimentos em infraestrutura básica das estradas, transporte, saúde, educação e demais políticas públicas, incentivando a permanência dos agricultores no espaço rural.

Assim, como em todas as outras CFR's, o objetivo da criação é proporcionar aos filhos e filhas dos agricultores familiares um espaço de uma educação de qualidade e diferenciada que condiga com a realidade das diversas comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, indígenas, agricultores, pescadores etc.

A CFR de Souzel foi concluída em 2012 por meio de um projeto aprovado no PDRSX escrito pela FVPP para a conclusão da obra. Com a conclusão da obra, os agricultores puderam sonhar com a formação de seus filhos em uma escola que de fato condiz com a realidade de suas comunidades. Em 2014, a CFR de Souzel já com seu prédio concluído, fez a pesquisa participativa dos possíveis educandos das primeiras turmas. Depois dessa pesquisa participativa foi feito um processo seletivo dos interessados a estudar, posteriormente os selecionados passaram a ser educandos da escola. Foram então matriculados 104 educandos, sendo 2 turmas do ensino médio e 1 turma do ensino fundamental maior.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Pedagogia da Alternância existem diversos instrumentos ou ferramentas pelos quais podem ser feitas a discussão sobre a integração das diversidades de identidades na CFR. As principais são: Plano de Estudo (PE), Caderno da Realidade, Folha de Observação, Viagem de Estudo, Serão, Avaliação e o Projeto Profissional do Jovem.

Segundo Lima (2012), "o Plano de Estudo é um dos instrumentos fundamentais na pedagogia da alternância, ligando o saber ao fazer. Ele pode levar o educando a descobrir práticas, experiências utilizadas pelos seus pais, avós, órgãos e comunidades, quando em sessão na família ou comunidade".

O plano de estudo é organizado em dois momentos. Na CFR monitores e educandos elaboram conjuntamente as perguntas que comporão um questionário. Este questionário será trabalho mediante pesquisa durante uma sessão no meio sócio-profissional. Ao retornar para a CFR, as respostas dos questionários são socializadas na turma, debatidas. Do debate é elaborada uma síntese, cujo texto servirá de base para estudo nas diversas matérias. Esse instrumento tem o objetivo de ajudar o jovem a reconhecer de forma mais científica seu ambiente de vida e trabalho (LIMA, 2012, p. 55).

Segundo Lima (2012, p. 55):

O caderno da realidade é outro instrumento pedagógico que deve ajudar a fazer a "fotografia" de sua realidade. Em poucas palavras, é o "caderno da vida do educando". É um documento em que o jovem registra e anota todas suas reflexões, os estudos e aprofundamento feito na CFR. É a sinterização racional da reflexão e ação provocada pelo Plano de Estudo e A Folha de Observação é o lugar, onde ficam ordenadas todas as experiências educativas que acontecem na CFR. Estes instrumentos possibilitam ligar o saber ao fazer dentro da realidade social do jovem despertando na equipe de monitores da CFR a importância da organização de um plano de formação que respeite a filosofia da escola.

A folha de observação "é um questionário simples, feito por monitores de cada disciplina, com a participação dos jovens sobre a realidade dos mesmos e é utilizada para complementar e ampliar os temas do plano de estudo ou pesquisar alguns temas específicos daquela disciplina, depois é colocado no caderno da realidade para enriquecê-lo (LIMA, 2012, p. 55).

Outra ferramenta é a Viagem de Estudo, que segundo Lima (2012, p. 55) "através dela os jovens passam a conhecer outras realidades e novas práticas. Cada CFR organiza viagens priorizando as turmas das séries finais do curso. É a oportunidade de conhecer, estabelecer intercambio e estimular o crescimento profissional".

Já o serão acontece no período da noite já que os educandos permanecem na CFR em tempo integral, constituindo um momento para integração de atividades artísticas, debates que é ministrado por alguém de fora ou pelo monitor responsável do dia (LIMA, 2012, p. 56).

Os momentos de avaliação na CFR tem o objetivo de verificar o desempenho de suas tarefas práticas, a autoavaliação e a capacidade de convivência em grupo envolvendo as famílias, os monitores, a família, o próprio educando e a comunidade. “É o momento de avaliação coletiva e ao mesmo tempo em que avaliam são avaliados” (LIMA, 2012, p. 56).

Esses instrumentos são importantes dentro de um planejamento pedagógico que considere as diferentes realidades camponesas dos educandos, conforme será destacado no próximo tópico.

4.1 AS DIFERENTES REALIDADES CAMPONESAS DOS EDUCANDOS DA CFR DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

A CFR de Senador José Porfírio recebeu na metade do ano de 2014 cerca de 28 educandos do município de Porto de Moz. Esses educandos entraram na escola através de uma parceria entre a CFR de Senador José Porfírio e a Associação da CFR de Porto de Moz. Essa parceria se deu não apenas para receber os educandos, mas também para as articulações de convênios com os governos municipais.

Dentro dessa parceria a CFR de Porto de Moz articulou junto ao prefeito em exercício na época, o senhor Ray Duarte, a contratação de 4 professores da base comum e técnico pedagógico para prestar serviço à CFR de Senador José Porfírio com intuito de garantir a profissionalização dos jovens matriculados na mesma.

Em entrevista com dois dos professores da CFR, professor A e professor B, os mesmos contaram como se deu a entrada dos educandos de Porto de Moz na CFR de Senador José Porfírio.

Ela se deu através de um acordo de que a Associação da Casa Familiar Rural de Porto de Moz iria fazer um levantamento e esse levantamento foi feito de alunos que queriam cursar o curso técnico em agropecuário lá em Senador, e foi enviado uma relação de alunos, acredito que em torno de 26 alunos que foi designado da cidade de Porto de Moz até Senador estudar (professor A, entrevistado em 2018).

Ela se deu da seguinte forma, houve na criação da CFR de Souzel, uma parceria entre a Associação da CFR de Porto de Moz e a Associação da CFR de Souzel com intuito uma parceria tanto de mão de obra como também a disponibilidade de número de vagas, para alunos oriundos daquele município. Aí se deu entrada de alunos tanto da áreas extrativista como também alunos rurais do município de Porto de Moz. Esses alunos vieram

dentro dessa parceria, dentro de um acordo entre as CFR's (professor B, entrevistado em 2018)

Outros entrevistados foram os educandos egressos na CFR, eles afirmaram que a entrada deles na escola foi através de anúncios dos movimentos sociais nas comunidades que moram. Segundo os entrevistados, as entidades que fizeram a mobilização foram: Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Associações Comunitárias e Igreja Católica.

Uma aluna entrevistada (egressa 1) afirmou que sua entrada na Casa Familiar Rural se deu através da associação em que sua mãe participa na comunidade:

Eu fui para escola CFR através de uma comunicação que tinha vaga e chegou até minha associação onde minha mãe e eu participa, então, no caso os sócios tem direitos que os filhos participem dessas escolas agrícola. Então através dessa vaga que surgiu. O presidente da associação informou minha mãe, eu fui lá e dei as documentações e foi o caso que cheguei até a escola CFR (egressa 1, Rio Aquiqui, área de várzea)

Outra aluna (egressa 2) disse que ingressou na CFR através do CDS (Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz), uma instituição que coordena a maioria das associações do município, e explica como foi o processo para entrar na CFR.

Eu consegui ingressar na CFR de Souzel através do CDS. Veio uma ficha para cada instituição dos movimentos e nessa ficha a gente preenchia, quem tivesse interesse preenchia e devolvia pra escola e era selecionado, aí fui selecionada. (egressa 2, Rio Jaurucu, área de transição de terra firme e várzea).

Outro egresso (egresso 3) disse que sua entrada na CFR se deu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz no qual seu tio é sócio há bastante tempo.

Teve uma planilha de espera e todo um material disponível, a CFR disponibilizou para o município, então meu padrinho que é ligado no movimento social e acabou adquirindo a ficha de inscrição, aí ele levou pra mim, isso foi em 2014. Ele me chamou e me deu a ficha e me perguntou se eu estava interessado em estudar na CFR. Perguntei pra ele como seria e o que era aquilo, aí ele me deu uma breve explicação, logo me senti contagiado, aquilo me tocou e achei bacana, aí disse: cara eu quero. Me inscrevi, preenchi a ficha de inscrição. Ele mandou pra lá minha ficha. Com um mês mais ou menos eu fui chamado (egresso 3, Rio Majari, área de terra firme).

Diante disso vêm os questionamentos: 1) a escola se preparou para receber esses educandos?; 2) a proposta curricular visa garantir a integridade cultural desses educandos?; 3) a escola adaptou os conteúdos programáticos de acordo com a realidade de cada educando e/ou de cada município?

Segundo afirmaram os professores entrevistados A e B, presidentes atuais das CFR's, respectivamente de Senador José Porfírio e Porto de Moz, não houve adaptação dos conteúdos e nem fizeram uma proposta curricular específica para a turma.

Afirma professor A:

[...] Sinceramente, no início não se apresentava essa questão aí de você discutir um pouco essa realidade, de onde os alunos vem, de que realidade; nós nos preocupamos em montar um pouco o planejamento das disciplinas da base técnica e comum para iniciar o ensino. [...] Naquele momento a gente não fez isso; o que a gente fez, só pegou as disciplinas da base comum e técnica e foi montando no calendário. Não se teve esse planejamento bem profundo para pensar tudo isso.

E afirma professor B, em entrevista:

Não houve nenhuma reunião do meu conhecimento para modificação desses projetos, do projeto político pedagógico, currículo da escola, não houve, até porque, até pouco tempo esse projeto político pedagógico não existia, existia um projeto unificado da ARCAFAR. O projeto específico da CFR de Souzel não existia. Portanto, não havia uma discussão específica pra se traçar um currículo específico para esse público. Quando se faz a discussão do Projeto Político Pedagógico e do currículo dessas instituições é considerada a participação tanto dos alunos como dos pais, das associações e da sociedade civil organizada. A partir daí você traça um Projeto Político Pedagógico coeso, coerente e de acordo com a realidade de cada público.

Como pode ser visto a escola não fez planejamento específico para receber tamanha diversidade sociocultural, pois a escola não elaborou uma proposta curricular para garantir a cultura dos referidos educandos e muito menos adaptação dos conteúdos.

Um dos educandos entrevistados afirmou não ter conhecimento de adaptação dos conteúdos das disciplinas ministrados pelos professores de acordo com a realidade da comunidade em que ele vive, e nem soube dizer se teve reunião ou não da parte pedagógica e administrativa da escola para esse fim. A aluna B não soube responder devido não ter conhecimento na parte interna da escola: “não sei dessa parte interna” (egressa 2, Rio Jaurucu, área de transição de terra firme e várzea).

Para o professor A, não teve reuniões para fazer uma adaptação de currículo e de plano de curso da CFR. Segundo ele, tiveram algumas reuniões para conhecer um pouco de como funciona a Pedagogia da Alternância:

A princípio nós tivemos uma reunião em Senador para discutir mais a questão da estrutura da escola, e no início, acha que da primeira alternância nós tivemos a visita da ARCAFAR, alias, antes, nós tivemos uma formação para entender um pouco os instrumentos da pedagogia da alternância e depois nós tivemos uma rápida passagem da coordenação da ARCAFAR para fazer um pouco essa questão do planejamento. Sinceramente, no início não se pensava essa questão de você discutir a realidade do aluno, de onde os

vem, enfim. Nós nos preocupamos em montar o planejamento das disciplinas da base técnica e comum para iniciar o ensino (Professor A, entrevistado em 2018).

O professor A ainda afirma que: “A CFR já tem um modelo, um plano de formação que serve de modelo e vai com certeza adaptar sua realidade”. No meu ponto de vista esse modelo em que o professor se refere foi desconsiderado pela coordenação pedagógica da escola no período em que contribuí como monitor naquela instituição. O que pude perceber no decorrer das alternâncias é que havia uma grande preocupação para não faltar a alimentação dos educandos. A questão pedagógica não era prioridade para a direção da época. Os monitores faziam o planejamento de acordo com o conhecimento de cada um, a partir de uma pequena oficina sobre o método da Pedagogia da Alternância que eu participei à época.

Para o professor B, não houve nenhuma reunião na CFR para discutir essa questão de adaptação do currículo e conteúdos:

Não houve nenhuma reunião do meu conhecimento para modificação do Projeto Político Pedagógico ou do currículo da escola; até pouco tempo esse Projeto Político Pedagógico não existia. Existia um projeto unificado da ARCAFAR. O projeto específico da CFR de Souzel não existia. Portanto, não havia uma discussão específica para se traçar um currículo específico pra esse público (Professor B, entrevistado em 2018).

Toda e qualquer instituição de ensino deve ter uma proposta curricular de acordo com a realidade dos educandos. Não só o currículo, mas o Projeto Político Pedagógico. Nesse projeto é de suma importância a opinião da comunidade em que a escola está inserida. Só assim saberemos qual direção a escola vai tomar.

A coordenação da escola precisa fazer uma discussão ampla com a comunidade e pais e a partir desta sistematizar a proposta transformando-a em um Projeto Pedagógico vivo e norteador para os conteúdos que serão discutidos com os educandos em sala de aula. Dentro do projeto a escola deve conhecer quem é sua clientela e quais suas especificidades. Cada educando traz consigo uma história, e é a partir dela que o projeto deve começar.

As escolas do campo, em especial as CFR's, precisam saber que tipo de educação está oferecendo. No que foi abordado durante as entrevistas, a CFR fez a formação visando o mercado de trabalho. E as questões que diz respeito aos interesses das famílias e dos educandos, como a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural, ficam estagnados no interior da escola.

Ela precisa discutir subsídios que possam garantir a cultura e explorar os saberes de seu público, caso contrário, a escola perde sua essência, sua origem, sua identidade. Por ela ser uma escola das famílias rurais, precisa de fato saber de onde vem e para onde os

educandos devem caminhar, mostrando caminhos que possa fazer do educando um bom gestor de sua propriedade e/ou um bom funcionário em qualquer empresa a partir da construção de sua identidade sociocultural.

Para Correia, Batista e Brito (2011) identidade é um confronto entre a auto-organização individual e as referências externas.

A identidade é entendida no âmbito da Psicologia Social como a dialética entre o indivíduo e a sociedade. Portanto, a formação da identidade sofre as determinações sociais e se auto-organiza no indivíduo a partir do confronto entre o que o meio social informa sobre seus modos de ser e o que o indivíduo vai internalizando a partir das referências externas (CORREIA; BATISTA; BRITO, 2011, p. 02)

Se a escola conseguir compreender a diversidade de identidade dos educandos, ela começa a entender que educação não é algo acabado e que sempre está acontecendo novas descobertas no meio educacional. Com isso a escola precisa se preparar e sempre se atualizar para essas descobertas.

Ainda Correia, Batista e Brito (2011, p. 02) explicam que:

Na perspectiva dos estudos culturais, a identidade assume dimensão plural e histórica. Todos os indivíduos assumem várias identidades: a identidade pessoal, a identidade familiar, a identidade social. Tais identidades são construções históricas, e, portanto ao largo das experiências sociais elas se modificam e se superpõem. Assim, as identidades não são fixas, rígidas ou estáticas, mas dinâmicas e mutáveis, como resultados transitórios e fugazes de processo de identificação, em constantes transformações. As identidades dos indivíduos são construídas de acordo com o ambiente em que estão inseridos, envolvendo, entre outras coisas, as estruturas sociais, a cultura e o histórico das relações.

Essa pluralidade de identidade é que faz dos indivíduos do campo serem diferentes e a escola deve se adequar as diversas identidades pessoais, familiares e social. A escola precisa ir a fundo para revelar as identidades contidas naquela comunidade. Assim, ela pode criar uma proposta pedagógica que valorize e não deixe de fora a história, a cultura do povo das comunidades.

No ano de 2015 fui professor na CFR de Senador José Porfírio, lembro que a única ferramenta da Pedagogia da Alternância a ser utilizado foi o Plano de Ensino, mas após a 5ª alternância essa ferramenta começou a não ser cumprida por alguns educandos, e assim ela foi desaparecendo aos poucos até chegar um ponto que nenhum educando deu importância para a mesma. Jesus (2011, p. 14) afirma que: “Quando a escola deixa de estudar e de aplicar os instrumentos pedagógicos da alternância, desarticula a dialética do processo formativo”. Para este autor, sem esses instrumentos o método da Pedagogia da Alternância não se concretiza.

No período em que fui professor na CFR nos anos de 2015 e 2016, observei que algumas ferramentas da Pedagogia da Alternância desapareceram, assim como os processos de avaliação coletiva. A avaliação dos educandos acontecia apenas em sala de aula pelo professor/monitor que por sua vez fazia a avaliação individual de cada educando. A princípio, nós professores/monitores, fazíamos avaliação da alternância cujo objetivo era verificar os pontos positivos e negativos da alternância. Entretanto, não entrávamos no mérito da avaliação pedagógica propriamente dita, apenas avaliávamos as questões financeiras, problemas de educandos com envolvimento em conflitos e outros.

A aplicação da pedagogia da alternância em todos os seus instrumentos contribuiria para inserir no planejamento as diferentes realidades camponesas que compunham o conjunto dos educandos, assim como, para avaliação, reorientação das ações pedagógicas e condução do acompanhamento docente para elaboração do Projeto Profissional do Jovem pelos educandos.

4.2 PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM: IMPLANTAÇÃO E DIFICULDADES

Para Frazão e Dália (2011, p.8) o objetivo do Projeto Profissional do Jovem é desenvolver planos alternativos, inovando ou aperfeiçoando as atividades desenvolvidas na produção familiar, reduzindo o seu custo e o uso de qualquer tipo de insumo externo, para diminuir, assim, o impacto ambiental. Nesse sentido, tais projetos não precisam visar apenas ao aumento da renda, podendo se destinar, também, à recuperação das áreas degradadas pela agropecuária, ou no caso de reservas extrativistas, conservação dos recursos naturais e das paisagens.

As escolhas dos temas dos PPJs na Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio foram de livre escolha, pois os educandos tiveram a liberdade para escolher seus respectivos temas. O professor A diz: "os educandos tiveram liberdade para escolher os temas. Em nenhum momento pelo menos eu não percebi tipo, se alguém condicionou; o que existiu foi sempre uma orientação, às vezes um tema complexo, o monitor ajudava a melhorar aquele tema, mas o tema sempre foi discutidos pelos educandos" (Professor A, entrevista em 2018)

Para o Professor A, os educandos tiveram muitas dificuldades: "eles tiveram muita dificuldade nesse campo. A escolha do tema também foi dificultoso, mas não foi tanto quanto a pesquisa e a escrita. Agora com certeza o que pesou mais foi a escrita, a argumentação".

Também foi enfatizada pelos professores a dificuldade de pesquisar os autores: "essa parte teórica não foi fácil pra eles, mas tem uma dificuldade que foi bem mais notório em todos os projetos, a questão da viabilidade econômica. Esse foi um aspecto muito avaliado pela banca examinadora, quase 100% dos educandos receberam bastante advertência, mas também recomendações" (professor A, entrevistado em 2018).

O professor A também destacou:

A banca perguntava aos educandos: o projeto é viável economicamente, socialmente, ambientalmente? Esse aspecto econômico foi muito cobrado dos educandos, depois foi o aspecto do negócio, mas muitos educandos conseguiram quem trabalhou com suinocultura e os aviários a questão da ração, isso teve muita pesquisa, eles se debruçaram sobre isso, mas conseguiram demonstrar que é viável criar suínos e aves (professor A, entrevistado 2018).

Os educandos expuseram que enfrentaram dificuldade para elaborar o projeto. Eles afirmaram que para escolher o tema foi até fácil, o difícil foi colocar essas ideias no papel, segundo eles, exige várias técnicas onde estas não fazem parte do seu dia a dia. Assim, o processo de elaboração acadêmica do projeto foi mais valorizado do que a decisão sobre a proposta e sua inserção na realidade local.

Um dos educandos falou sobre as dificuldades de entender as regras da ABNT que segundo ele, é muito difícil. Ela diz: "a maior dificuldade na elaboração foi a questão da ABNT, essa coisa de formatar, organizar essa parte mais documental do projeto e das pesquisas são bem complicadas". Outro educando falou de sua precipitação em querer logo executar o projeto, segundo ele, não se planejou como estava previsto no projeto, isso fez com que tudo atrasasse.

Para Jesus (2011, p.17) a construção do Projeto de Vida do Jovem passa por todo um processo de pesquisa, de estudo e reflexão. A experiência adquirida durante o tempo de permanência na CFR, os conhecimentos obtidos neste período devem capacitar o jovem a executar o seu projeto com capacidade técnica, na perspectiva de melhorar a economia familiar. A preocupação de melhorar a qualidade de vida das famílias residentes no espaço rural é central. Por meio da orientação da equipe de monitores e, ao final do curso, os jovens assumem a tarefa de executar o projeto na sua propriedade.

Quando se verifica os temas escolhidos para os quatro PPJ's, fica evidente que o extrativismo e o manejo das áreas não foram considerados, pois os projetos dos jovens foram concentrados nas criações, como pode ser observado na relação dos temas escolhidos, a seguir.

O PPJ 1 foi sobre manejo de búfalo elaborado por uma aluna da área de várzea. O projeto 2 foi de criação de aves (galinha caipira) elaborado por um educando da área de terra firme. O PPJ 3 foi de criação de suínos, elaborado por uma aluna da área de transição, pois esse tipo criação é propício para a área de transição, sendo que no período do inverno os animais podem ser transportados para a terra firme e ali ficarem até a água baixar. O projeto 4 foi de criação de peixe em tanque rede, elaborado por um educando da área de terra firme com residência no rio Acaí, escolheu esse tema porque a comunidade faz a conservação do pescado por meio de um acordo de pesca respeitado tanto pela comunidade quanto por outras comunidades vizinhas.

No meu entendimento, o Projeto Profissional do Jovem deveria ser aplicado na prática, obrigatoriamente, para todos saberem aplicar as técnicas e aprimorarem a gestão, e assim, obterem bons resultados. Uma vez esses projetos em pleno funcionamento, os educandos ganham confiança diante da sociedade em geral e da própria comunidade em que vive. Diante disso, considero que os movimentos sociais e a gestão municipal podem ajudar nos PPJs para que as comunidades venham a produzir melhor e em maior quantidade, em um espaço menor de terra.

Os PPJs dos educandos entrevistados não foram concluídos por vários fatores, entre eles a falta de recursos financeiros, porém, mesmo com as dificuldades, todos iniciaram seus projetos de acordo com sua capacidade financeira. Acredito que a dificuldade financeira inviabilizou concretizar os projetos. Nesse momento os educandos podem contar apenas com ajuda da família e nem sempre a mesma tem condições para ajudar financeiramente. Os projetos deveriam ser definidos a partir das condições de cada família ou ter estratégias para os jovens ou suas famílias poderem acessar linhas de crédito.

Esses PPJs não estão sendo concluídos também por falta de um bom planejamento da CFR, a mesma deveria colocar essa disciplina em sua matriz curricular no início das primeiras alternâncias para que os educandos comessem a planejar e escrever seu projeto, visando assim, como um projeto de conclusão de curso e também como um projeto de vida para o futuro. O professor A comunga da mesma opinião:

Eles deveriam nascer já de uma prática, porque até que a gente pode planejar uma coisa para ser aplicada, mas quando você planeja um projeto e que você já tem a experiência dele é muito mais fácil de você argumentar, pesquisar, falar. Então eu acredito que os PPJs da CFR de Senador, eles não partiram dessa lógica, eles partiram sempre daquilo que os educandos gostariam de aplicar, então essa foi a lógica (professor A, entrevista realizada em 2018).

Sabemos que neste processo onde o educando está concluindo o curso fica muito difícil um financiamento, pois este educando ainda não consegue acessar as políticas de crédito, pois as instituições financeiras barram os recém-formados por questões burocráticas de documentação necessária. Assim, a avaliação da viabilidade da proposta é primordial e indicará a sua aplicabilidade na prática.

Todos os educandos entrevistados falaram que a maior dificuldade é a questão financeira. Eles afirmam não ter nenhum apoio dos movimentos sociais e nem da prefeitura. Afirmam ainda que se tivessem apoio desses órgãos teriam começado e concluído o projeto com sucesso.

Foi constatada nas entrevistas realizadas com os egressos a grande força de vontade de executar seus projetos, mas no momento que pensaram no tema, os mesmos levaram em consideração como se fosse um trabalho acadêmico que por sua vez seria obrigatório escrever e defender para adquirir nota no seu histórico escolar. Uma aluna egressa diz: “No meu ponto de vista o PPJ não é obrigatório executar na prática, mas seria bom se a gente tivesse condições financeira de aplicar. O que é obrigatório é fazer o projeto porque faz parte da conclusão do curso” (egressa 2, Rio Jaurucu, área de transição de terra firme e várzea). Assim como essa aluna os outros educandos entrevistados tiveram o mesmo pensamento.

Assim, uma explicação para entender porque os projetos não foram concluídos na prática é o fato dos educandos terem o pensamento que este trabalho faz parte da disciplina “trabalho de conclusão de curso”. Isso levou os educandos a pensarem mais na escrita em tempo hábil e na defesa do trabalho, e acabaram não se atentando na viabilidade de executar na prática.

Se os referidos projetos tivessem sido pensados no início do curso e os mesmos tivessem envolvimento das famílias, estes teriam maior possibilidade de serem executados na prática e não simplesmente defender para uma banca examinadora. O projeto só é viável quando tem os sujeitos que serão beneficiados envolvidos diretamente, caso contrário, o projeto fica sem vida.

O envolvimento das famílias no PPJ dos educandos deveriam ser mais presente, não apenas com apoio moral, mas com a prática. O educando poderia levar em conta as experiências culturais da família para que o projeto de fato fosse aplicado. Esse envolvimento familiar faz com que o projeto se torne coletivo e abrangente, passa a ser um projeto de vida familiar e não apenas um projeto para aquisição de nota. Além disso, os professores técnicos deveriam não só orientar a escrita, mas acompanhar os referidos projetos na propriedade para

saber se a mesma tem matéria prima e estrutura para colocar em prática o projeto pensado pelo educando.

Os professores de Porto de Moz poderiam acompanhar esses projetos nas propriedades, porém, quando os projetos iniciaram nenhum dos professores estavam prestando serviço para a CFR, o motivo foi que o convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Porto de Moz já havia terminado. Com essa situação, alguns professores foram transferidos para outras comunidades e outros não foram contratados.

Outra dificuldade mencionada pelos egressos entrevistados foi a falta de acompanhamento técnico na execução do projeto. Segundo eles, para muitas coisas era necessária a presença de um técnico para o projeto ter um bom rendimento, principalmente nas escolhas das matrizes.

A CFR tem a obrigação de acompanhar de perto os projetos na propriedade, mas durante todo esse período isso não aconteceu. Eu me lembro de uma visita em algumas propriedades pelo professor Jomabá e o professor Plácido da UFPA logo no início das primeiras alternâncias, mas não foram visitas técnicas, foi uma visita comum que visou uma reunião com a equipe de professores e coordenação. Quando aconteceu essa visita os educandos nem sabiam que ia ter um projeto para fazer no final do curso.

4.3 PROPOSTAS DE MELHORIAS NO PLANEJAMENTO DA CFR PARA ATENDER AS DIFERENCIAÇÕES DOS MODOS DE VIDA DOS JOVENS RIBEIRINHOS

A primeira questão que as Casas Familiares Rurais da região tem que levar em consideração é a proposta curricular. A educação no campo, principalmente nas CFR's, precisa construir reflexões e possibilidades de uma educação diferenciada levando em consideração os diversos saberes tradicionais. Tem que pensar o campo não apenas como um espaço territorial, mas como um espaço que tem viabilidades assim como afirma Jesus, (2011, p. 16):

Pensar o campo como espaço e território viável e, com as diversas experiências, viabilizar o fortalecimento das lutas na busca por políticas públicas no intuito de garantir as ações educativas, mas também fomentar a diversificação da produção no território camponês.

Tive a oportunidade de ver de perto o funcionamento da pedagogia da alternância na CFR de Senador José Porfírio quando trabalhei na mesma como professor. Percebi vários

equivocos no método da pedagogia da alternância, porém, apenas observava o que estava acontecendo.

Os monitores de Porto de Moz tinham seus momentos de avaliação, pois em todas as alternâncias tínhamos que fazer um relatório para entregar à Secretaria Municipal de Educação de Porto de Moz. Nesse momento víamos os erros, mas não podíamos expor nos relatórios e nem fazer sugestões para não causar problemas na relação político-institucional.

Os responsáveis pela CFR deveriam parar e fazer uma análise bem aprofundada de como está o funcionamento de suas atividades, preocupando com o saber socializado, a qualificação profissional, a formação do senso crítico, mas para isto, a equipe pedagógica da escola deveria ter a clareza dos objetivos e da metodologia de ensino.

A CFR precisa retomar as ferramentas da Pedagogia da Alternância para que o ensino tenha de fato seus objetivos garantidos. Essas ferramentas são a sustentação do método, sem elas o ensino é como uma escola normal, perde de vez sua originalidade.

Além dessas ferramentas metodológicas, que posso falar de princípios norteadores da Pedagogia da Alternância, a CFR precisa de outros mecanismos para trabalhar o método, assim como de plano de formação de acordo com os objetivos gerais da mesma.

Gnoatto *et al.* (2006) diz que o educando ao terminar o ano deve ser capaz de:

Estabelecer relações sociais baseadas no espírito de cooperação, de solidariedade e de participação nos processos do cotidiano escolar, familiar e comunitário; relacionar os conhecimentos do meio rural, a manutenção dos hábitos culturais e a preservação ambiental; reconhecer-se como parte integrante da família, assumindo suas características sociais, econômicas e culturais; desenvolver a linguagem oral e escrita, considerando sua importância na comunicação interpessoal e coletiva; reconhecer as características do meio em que vive, relacionando-as a dimensões mais amplas para atingir aqueles objetivos estabelecidos (GNOATTO *et al.* 2006, p. 14).

A Pedagogia da Alternância deve resgatar, com isso, uma realidade de integração entre a teoria e a prática, entre a educação e o meio, vencendo o paradigma estagnado na educação rural tradicional que não trás a relação entre a vida cotidiana e a educação. Essa integração deve ser sistemática e progressiva para que possa representar um significativo avanço no sentido de garantir uma educação motivadora, inovadora, participativa e diferenciada no campo.

Segundo Gnoatto *et al.* (2006, p. 15):

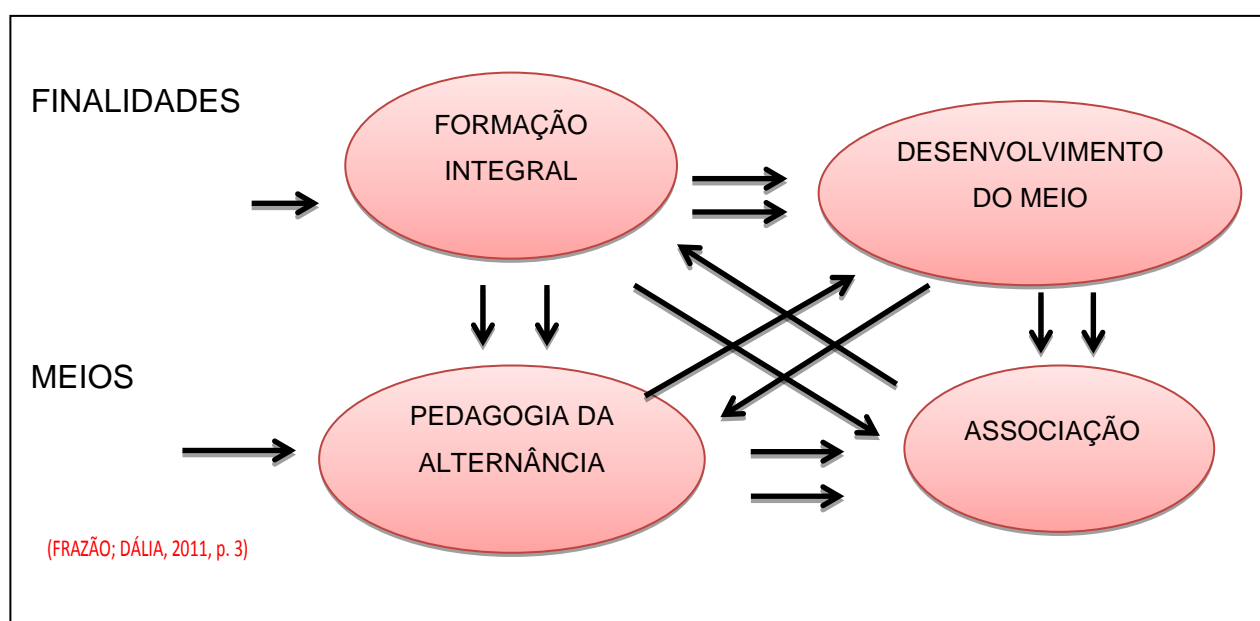
O currículo empregado na Casa Familiar Rural apresenta dois componentes importantes e diferenciais, em comparação a uma escola tradicional. Trata-se dos Temas Geradores e a Interdisciplinariedade, os quais propiciam ao jovem a construção do conhecimento a partir do seu meio e evitam que os conteúdos programáticos sejam ministrados de forma fragmentada e

dicotomizada pelos professores em cada ciclo de estudo, havendo uma conexão, interligação e articulação dos mesmos.

Esses componentes curriculares deveriam ser trabalhados de maneira articulada entre si, possibilitando ao educando, no final da etapa ou do curso, ter uma visão global dos conteúdos.

Para o sucesso da Casa Familiar Rural é preciso reforçar os pilares da pedagogia da alternância. Esses pilares não poderiam ser desenvolvidos de forma isolada (FRAZÃO; DÁLIA, 2011, p. 3). Ao contrário, o funcionamento com eficiência da CFR só é possível por meio de ações que se baseia por uma articulação que tenha os elementos ilustrados no Esquema 1, no qual enfatiza a articulação dos quatro pilares: pedagogia da alternância, formação integral, desenvolvimento do meio e associação dos pais e mestres.

Esquema 1. Os quatro pilares da CFR



O caderno MEC/SECAD (2007) afirma que para atender as especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo (agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros etc.) é que vem sendo concebida com a Educação do Campo. Com isso as CFR's tem que ter um olhar diferenciado para sua clientela e planejar uma educação que atenda suas especificidades.

Arroyo e Fernandes (1999) citam que uma escola do campo ou outras escolas cujo sua clientela é veiculada com o campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do

desenvolvimento social e econômico dessa população. As CFR's não deveriam ficar distantes desse conceito, pois é através dela que os educandos matriculados aperfeiçoam seus princípios sociocultural e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho mostram que os Projetos Profissionais dos Jovens não foram implementados na sua totalidade devido à falta de planejamento dos educandos e a falta de planejamento da CFR e também, pela falta de acompanhamento técnico regular.

Os jovens começaram a enfrentar dificuldades na escolha dos temas e depois veio a dificuldade em pesquisar os autores que falassem sobre o tema escolhido. Em seguida a escrita do projeto foi outra dificuldade por todos os educandos.

Os jovens entrevistados afirmaram que não conseguiram implantar 100% de seus projetos na prática em suas comunidades. Segundo eles, tiveram dificuldades financeiras devido à falta de planejamento. Ressalta-se que todos iniciaram os projetos na prática.

A CFR de Senador José Porfírio precisa colocar em prática as ferramentas da Pedagogia da Alternância propostas nos currículos das Casas Familiares Rurais e Centros Escolares de Famílias Agrícolas. Sem essas ferramentas o ensino na CFR não será diferenciado. Essas ferramentas é que sustentam o método, portanto, elas não podem ser extintas da escola.

A CFR não precisa apenas das ferramentas, outros mecanismos precisam ser pautados no planejamento, tais como: plano de formação, integração da teoria e prática e proposta curricular de acordo com a realidade dos educandos matriculados. Ela precisa ter e fortalecer seus pilares norteadores (formação integral, desenvolvimento do meio, pedagogia da alternância e associação de pais e mestres). Para ter sucesso na implantação dos projetos, a direção da escola, os professores deveriam fazer um planejamento minucioso para acompanhar na íntegra a elaboração e execução dos projetos.

A CFR precisa retomar com urgência os princípios básicos da Pedagogia da Alternância para que os filhos dos agricultores familiares tenham uma educação de qualidade e diferenciada, contribuindo na formação de pessoas críticas e ativas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzale e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**- Lei nº 9.394/96.
- BORGES, Idelzuith et al. Pedagogia da alternância praticada pelo CEFFAs. IN: ROCHA, Maria Izabel A., MARTINS, Maria de Fatima Almeida e MARTINS, Alracy Alves. (orgs). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2012. p. 37-55.
- CORREIA, D. M. N.; BATISTA, M. S. X. ; BRITO, R. M. J.; **EDUCAÇÃO DO CAMPO: resistência e afirmação da identidade camponesa**. In: Anais 20º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Culturas e Diversidades, 2011, Manaus. Anais 20º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Culturas e Diversidades. Manaus: Valer, 2011.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida e DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler . **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento do Meio: Possibilidades e Desafios para a Educação do Campo Fluminense**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- GNOATTO, Almir Antonio; RAMOS, Celso Eduardo Pereira; PIACESKI, Enelde Elena; BERNARTT, Maria de Lourdes. Pedagogia da alternância: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. **Revista Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, 23 a 27 de Julho 2006.
- JESUS, José Novais de. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**; Goiás. Revista NERA, Nº. 18 – janeiro/junho de 2011.
- LIMA, Adriene Viana. Educação do campo e pedagogia da alternância: algumas considerações metodológicas. Rio Branco-AC. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Nº 06, V. 2, setembro a dezembro de 2012.
- MENESES, Alcione Sousa de. **QUANDO MUDAR É CONDIÇÃO PARA PERMANECER: a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na Transamazônica (Pará-Amazônia)**. Belém-PA: Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA. Junho de 2010.
- MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**, Cadernos SECAD, Brasília: MEC/SECAD, 2007.

MOREIRA, Edma Silva. **Tradição em tempo de modernidade:** reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA – Belém: EDUFPA, 2004.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristovão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pista teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Historia & Ciências Sociais**, Rio Grade do Sul, Julho de 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário para os professores da CFR

- 1- Como se deu a entrada dos educandos de Porto de Moz na CFR de Souzel?
- 2- Como que a CFR de Souzel discutiu no seu planejamento a entrada de educandos de outra realidade e em sua especificidade de serem de outro município e de outras realidades socioculturais e econômicas ?
- 3- A CFR promoveu reuniões pedagógicas para adaptação do currículo/planos de disciplina para receber esses educandos? Como foi?
- 4- Tiveram dificuldades em adaptar os conteúdos programáticos? Quais?
- 5- Como os conteúdos foram adaptados?
- 6- Como eram discutidos os PEs?
- 7- Os PEs eram socializados om quem? Como se dava a socialização?
- 8- Houve a construção da interdisciplinaridade entre as disciplinas técnicas e da base comum? Como era feito?
- 9- Como foi pensado o PPJ dos educandos?
- 10- São os próprios educandos que escolheram os temas dos PPJs? Como se deu esse processo?
- 11- Você considera que os PPJs devem ser aplicados na prática? O que a CFR almeja com os PPJs?
- 12- Todos os PPJs apresentados pelos educandos de Porto de Moz foram aplicados na prática. Caso não, porque não foram?
- 13- Existe dificuldades da parte dos educandos para aplicar na pratica o PPJ? Quais?
- 14- Existe dificuldades da parte dos educandos para aplicar na prática o PPJ? Quais?
- 15- Existiu acompanhamento técnico durante a elaboração do PPJ? Caso sim, quem são os profissionais que acompanharam ou orientaram?
- 16- Existiu acompanhamento técnico na aplicação na prática do PPJ dos educandos de Porto de Moz? ? Caso sim, quem foram os profissionais que acompanharam? Quantas vezes foram nas comunidades de Porto de Moz? Quais as dificuldades para o acompanhamento?
- 17- Em sua opinião, o que precisaria melhorar no processo de ensino aprendizagem na CFR para atender educandos de outras realidades agroextrativistas?

APÊNDICE B- Questionário para os educandos da CFR

- 1- Como que você conseguiu ingressar na CFR de Souzel?
- 2- No início quais eram as perspectivas de estudar em uma CFR? Suas perspectivas foram realizadas?
- 3- Você considera que a CFR de Souzel ofereceu um ensino adaptado à sua realidade em relação aos tipos de produção, problemas técnicos, questões ambientais?
- 4- O ensino oferecido na CFR de Souzel trazia as situações de seu cotidiano e a realidade de suas comunidades?
- 5-
- 6- Como a CFR de Souzel adaptou seus conteúdos para receber vocês? Como se deu isso?
- 7- Quem escolheu o tema do PPJ na CFR? Foi você ou os professores? Como se dá essa escolha?
- 8- Você teve dificuldade na escolha do seu tema? Quais?
- 9- Depois de escolhido o tema, quais foram as dificuldades para elaborar o PPJ?
- 10- Como os professores da CFR ajudaram na elaboração do PPJ?
- 11- É obrigatório aplicar na prática o PPJ?
- 12- Você aplicou na prática seu PPJ? Como foi? Quais as dificuldades? Se não aplicou, porque?
- 13- Teve acompanhamento técnico na elaboração e na execução do PPJ? Se teve, quem acompanhou?
- 14- Alguma vez houve visita de monitores da CFR em sua comunidade? Se sim, como foi?
- 15- O que deu certo e o que deu errado na aplicação do PPJ?
- 16- O que você acha que deveria mudar na elaboração ou aplicação do PPJ? Qual a contribuição que a CFR poderia dar para isto?
- 17- Como os movimentos sociais de Porto de Moz apoiaram na aplicação do PPJ?
- 18- Como o poder público apoiou na aplicação do PPJ? Qual órgão apoiou?
- 19- O que você achou de estudar em uma CFR?